

Homenagem a Marcílio Marques Moreira (IEPE / Casa das Garças – 04/12/2024)

Pedro S. Malan

É um prazer e uma honra para mim participar desta homenagem ao Ministro Marcílio Marques Moreira. É uma grande responsabilidade por dividir esta mesa com Marcílio e um grupo de excelentes colaboradores seus, como Luís Antônio Gonçalves, José Luíz Alquéres, Armínio Fraga, Elena Landau e Pedro Bodin de Moraes. Este evento na Casa das Garças é parte dos festejos de lançamento da autobiografia de Marcílio, cuja leitura recomendo a todos. Inclusive dos excelentes prefácio e posfácio, assinados, respectivamente por Edmar Bacha e por Celso Lafer.

O tempo é curto, e muitos desejam fazer uso da palavra. Outros que não eu falarão sobre a vida e a brilhante carreira de Marcílio como diplomata, intelectual, empresário/executivo e escritor. Nesta minha breve intervenção, vou me restringir ao período em que Marcílio ocupou o Ministério da Fazenda, de 10 de maio de 1991 a 2 de outubro de 1992 — cerca de 500 dias de grande importância para o Brasil, como preparação de terreno para as mudanças que se seguiriam, em particular para outros cruciais 500 dias, entre a chegada do Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda na terceira semana de maio de 1993 e sua eleição em primeiro turno, para Presidente do Brasil no início de outubro de 1994, graças ao lançamento do Real.

Quero chamar a atenção para três pontos, a meu ver cruciais para o Brasil e seu futuro, que foram marcas muito relevantes da gestão do Marcílio no Ministério da Economia (como era chamado na época) — e da gestão de Francisco Gros no Banco Central (outra excelente escolha de Marcílio).

I

Em 2024, a Editora 34 publicou, em comemoração aos 30 anos do Real, uma segunda edição revista e ampliada (e com três textos inéditos de Pêrsio Arida, André Lara Resende e Pedro Malan) do livro de 1996 intitulado “Conversas com Economistas Brasileiros” de Ciro Biderman, Luis Felipe Cozac e José Marcio Rego.

Em seu excelente prefácio a esta segunda edição, Pêrsio Arida chamou a atenção para algo que é relevante para entender o significado da gestão de Marcílio Marques Moreira. Vale sintetizar seu argumento: o Plano Cruzado, lançado no início de março de 1986 para tentar derrotar a inflação

que alcançara cerca de 240% no ano de 1985, contemplava um congelamento de preços que deveria ter duração relativamente curta no tempo, e ser acompanhada de outras mudanças e reformas. Mas a popularidade do congelamento foi de tal ordem que a classe política fez com que este fosse estendido até as eleições de outubro daquele ano, sem que se avançasse nas outras medidas. O efeito eleitoral do congelamento foi extraordinário: o PMDB elegeu 26 dos 27 governadores de Estado, conquistou ampla maioria no Senado Federal e mais de 50% dos eleitos para a Câmara dos Deputados.

Apesar de ter fracassado em controlar a inflação alta e crescente, no imaginário coletivo, o Cruzado gerou a percepção de que era possível fazer o que Pêrsio chamou de “O Cruzado certo”. E tentou-se o congelamento sem gatilho, o congelamento com desvalorização cambial, o congelamento com taxas de juros elevados, o congelamento sem indexação, o congelamento com retenção compulsória de liquidez e o congelamento com aumento de impostos. Tivemos o Cruzado II, ainda em 1986, o Plano Bresser em 1987, o Plano Verão na virada de 1988 para 1989, o Plano Collor I em 1990 e o Plano Collor II em 1991.

Neste ciclo repetitivo que se estenderia até 1991, a inflação passou a ter, para usar a expressão de Arida, uma “dinâmica expectacional”: a cada congelamento que fracassava seguia-se um período de aceleração da inflação que terminava em novo congelamento, todos buscando fazer o “Cruzado com o congelamento certo”. A inflação era movida pelas expectativas do lançamento — e provável fracasso — de novos congelamentos de preços.

Este ciclo começaria a mudar a partir de 1991 com o fracasso do Plano Collor II e saída de Zélia Cardoso de Mello e a chegada de Marcílio ao Ministério da Economia. O novo Ministro afastou de vez o fantasma de um novo congelamento. Decretou o fim de surpresas e mágicas e a economia retornou no período anterior ao Cruzado: preços contratuais indexados, *crawling* no câmbio, também indexado à inflação passada, e política monetária passiva. Tornou-se assim possível usar a base-conceitual do Plano Collor (1984) para a elaboração e implementação do Plano Real — e seu comprovado sucesso na derrota da hiperinflação brasileira em 1994.

II

Em seu livro autobiográfico, Marcílio M. Moreira cita Maquiavel: “não é de pequena importância para um príncipe a escolha de seus ministros”. Sem dúvida. Mas também é possível dizer que não é de pequena importância

para um Ministro a escolha de seus colaboradores. E ao assumir o Ministério da Economia, em 10 de maio de 1991, Marcílio tinha presente algumas das lições de Maquiavel.

O novo ministro sabia que situações podem ser muito difíceis, os desafios e os problemas por enfrentar podem ser muito sérios, mas isto não significa que não existam opções, escolhas a fazer. E a primeira delas é procurar cercar-se de pessoas certas, que são aqueles que têm as competências técnicas adequadas às funções que devem desempenhar. E, não menos importante, tem os princípios e valores, posturas e comportamentos compatíveis com as exigências da hora. A reconhecida idoneidade moral e postura ética acima de qualquer suspeita que caracterizaram sempre a vida de Marcílio eram amplamente reconhecidas e facilitaram em muito a tarefa de constituição da equipe.

As escolhas de Francisco Gros, Armínio Fraga e Pedro Bodin de Moraes para o Banco central . De Luiz Antônio Gonçalves, Pedro Parente, Dorotheia Werneck, Luis Fernando Wellisch e Nelson Carvalho, entre outros para ocupar funções de relevância no Ministério da Economia. Eu tive a honra e o privilégio de ter sido convidado por Marcílio e Francisco Gros para o cargo de Negociador-chefe da Dívida Externa (para credores privados). Marcílio conseguiu em pouco tempo constituir uma grande equipe que permitiu conduzir a economia sem grandes sustos até a saída de Collor da Presidência e sua substituição pelo então vice-presidente Itamar Franco.

Em 1992, com o agravamento da situação política institucional, Marcílio voltou a lembrar-se da citação de Maquiavel e desempenhou um papel de quase Primeiro Ministro, convencendo Collor a formar um “Ministério de Notáveis”, com Célio Borja, Celso Lafer, Eliezer Batista, Hélio Jaguaribe, Jorge Bornhausen, Marcus Pratini de Moraes, que levaram o Brasil até 2 de outubro de 1992, quando Itamar Franco que havia sido eleito vice-Presidente em 1989, assumiu a Presidência da República com o afastamento de Fernando Collor.

III

As gestões de Marcílio e de Francisco Gros no Ministério da Economia e no Banco Central permitiram que o Brasil avançasse — e muito, apesar da difícil situação doméstica — no restabelecimento de nossas relações com a Comunidade financeira internacional, público e privado. Na virada de 1991 para 1992, conseguimos o respaldo para uma importante renegociação de nossa dívida externa no âmbito do Clube de Paris que reunia os tesouros

nacionais dos principais credores oficiais do país. Realizada com sucesso sob a chefia de Francisco Gros em fevereiro de 1992 o acordo foi levado à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para aprovação. Em julho de 1992, anunciamos que as nossas negociações, iniciadas em agosto de 1991, com (mais de 700 representantes de credores privados por um Comitê Negociador de 20 bancos) haviam chegado a um acordo em princípio sobre os novos instrumentos financeiros nos quais a dívida “velha” seria convertida. No final de 1992, o acordo geral foi submetido ao Senado Federal e aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo plenário no apagar das luzes de 1992. Mas foram necessários muitos meses mais de detalhamento (afinal do diabo está nos detalhes) até que os acordos definitivos fossem assinados por todos os credores em 29 de novembro de 1993. Já por Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda e seu Presidente do Banco Central (e ex-Negociador da dívida-externa).

A participação de Marcílio, de Gros e de Armínio Fraga e de uma brilhante equipe de funcionários brasileiros do Banco Central (Departamentos Econômico e Jurídico) do Tesouro Nacional e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional foram absolutamente essenciais para o completo restabelecimento do relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional (pública e privada) algo muito importante para a criação de um clima favorável ao Brasil no período que antecedeu — e no que se seguiu ao lançamento do Real.

Gostaria de concluir com uma observação de um grande amigo comum, também admirador de Marcílio, o Embaixador Marcos Azambuja. Ao tomar conhecimento de que este aceitara a posição de Ministro da Economia naquele contexto de maio de 1991, Azambuja saiu-se com a seguinte bem-humorada analogia: “Quando o transatlântico Titanic colidiu com um iceberg gigante e começou a fazer água e a adernar, os passageiros em pânico brigavam para ocupar os escaleres que procuravam se afastar o mais possível do navio que adernava perigosamente, indicando que iria em direção ao fundo do mar. O escaler de Marcílio, ao contrário dos demais, avançava destemidamente — de volta para o Titanic!”.

Brincadeiras de amigos à parte, o fato é que Marcílio teve a coragem de aceitar o desafio — e tê-lo enfrentado de uma maneira tão digna o fez mais que merecedor desta singela, mas significativa homenagem que lhe presta o Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças. Marcílio fez diferença — e certamente a favor do Brasil e dos brasileiros.